A Situação das Mulheres Refugiadas no Século XXI: O Caso do Afeganistão

Ana Carolina Krause Palma[1]

Resumo: O aumento do fluxo migratório é uma realidade para o sistema internacional. Os refugiados são aqueles que encontram-se fora de seu país de origem devido a problemas que violam seus direitos humanos. O Afeganistão, país localizado na Ásia Central, é dono de umas das situações mais críticas do mundo contemporâneo, sendo o terceiro país que mais gera refugiados, com um número de 2,6 milhões. Dentre estes, destaca-se a situação vivenciada pelas mulheres sob o regime do Talibã, que sendo vítimas de perseguições e violações contra seus direitos básicos buscaram por meio do refúgio segurança social e individual. Neste artigo, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar a importância do refúgio e mostrar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres afegãs nos campos de refugiados.
Palavras-chave: Afeganistão; mulheres; refugiadas; Talibã.

1 Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Vila Velha (UVV). E-mail: anackrausep@gmail.com

1 Introdução

A temática migratória e a questão dos refugiados passam a ser cada vez mais importantes e evidentes no cenário internacional. Faz-se necessário analisar as políticas adotadas no acolhimento e integração destas pessoas, que chegam do seu país de origem extremamente debilitadas e abaladas pelos motivos que as fizeram solicitar refúgio. O Oriente Médio e a Ásia Central são lugares de onde mais saem pessoas em busca de refúgio no mundo e, neste contexto, encontra-se o Afeganistão, país que historicamente passou por diversas disputas e problemas políticos, que fizeram com que o Estado entrasse em falência.

Neste artigo, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, baseada numa literatura a respeito do tema, tratamos de debater sobre a situação das mulheres afegãs sob o regime do Talibã e como as leis radicais adotadas pelo grupo modificaram a vida destas. Também foi abordado o processo de acolhimento dessas refugiadas, que, por muitas vezes, não garante a total proteção individual de pessoas do sexo feminino.

Na segunda e terceira seção abordaremos sobre as Grandes Guerras Mundiais e como elas influenciaram na questão migratória e quais foram os primeiros passos para a criação do status de refugiado e de organismos internacionais que pudessem sanar as problemáticas situações desses seres humanos que estão nesta situação especial. Também apresentaremos o conceito da palavra refúgio e quais são os motivos pelos quais uma pessoa sai de seu país em busca de uma nova vida em outro local e tem, portanto, sua condição de refugiado reconhecida.

Na quarta seção faremos um breve panorama sobre a história do Afeganistão, país marcado por diversas encruzilhadas e invasões externas na época do "Grande Jogo" entre Inglaterra e União Soviética. Na quinta e sexta seção o debate principal é o fundamentalismo islâmico e a ascensão do governo radical do Talibã, indo até o conhecido acontecimendo do 11 de setembro, os atentados nos Estados Unidos da América.

A sétima seção tem como objetivo tratar da vida das mulheres sob o regime do Talibã e quais foram as práticas e políticas adotadas, além de mostrar por meio da literatura como a situação tornou-se um grande problema que violava os direitos humanos. Na oitava seção o foco principal é a situação das mulheres afegãs nos

campos de refugiados e a falta de um programa de acolhimento que realmente seja capaz de sanar as dificuldades encontradas pelas afegãs.

2 As Grandes Guerras e Seus Efeitos no Mundo

Apesar de ser um processo que existe desde a Antiguidade, sabe-se que o fenômeno migratório envolvendo o caso dos refugiados passou a ter notoriedade no sistema internacional no século XX. Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o mundo se viu em meio à destruição, dor e crise. A guerra resultou também em um grande número de pessoas que fugiam do conflito por um temor, mais que justificável, em relação à segurança e suas vidas: os refugiados (RODRIGUES; SIMÕES, 2018).

No fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi denunciada como a grande culpada pelo conflito. Segundo Hobsbawm (2019, p. 41), "Impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências". A partir da ocorrência do conflito, a economia europeia se viu fragilizada por conta dos anos de destruição, onde países como Inglaterra, França, Polônia e Alemanha sofreram com altos níveis de inflação e de desemprego, entre outros problemas (HOBSBAWM, 2019).

Além do cenário econômico, o aspecto social também foi afetado. De acordo com Ferguson (2014, p. 428), "1,2 milhão de gregos e meio milhão de turcos foram "repatriados" — isto é, expulsos de sua terra natal [...], 770 mil germanófonos haviam saído dos "territórios perdidos" para o Reich em 1925 [...]". Todo o território que compõe o Grande Oriente Médio também sofreu alterações, o colonialismo europeu modificou não apenas o local, mas também o futuro político, econômico e social de muitas nações médio-orientais (SAID, 2020).

Apesar de todos os países terem sofrido com a guerra, os alemães acreditaram que a imposição do Tratado de Versalhes, o qual identificava a Alemanha como a principal culpada pelo conflito, foi rígida e incoerente, além de muito custosa (FERGUSON, 2014). Mesmo com a estabilização da economia e do comércio internacional anos depois, como citam Rodrigues e Simões (2018, p. 145), "a paz também não contenta a muitos" e o mundo se viu novamente em desequilíbrio. A quebra da bolsa de Nova York, os problemas com o desemprego, miséria, fome

e a baixa produção industrial, principalmente na Alemanha e nos Estados Unidos da América trouxeram à tona uma nova crise mundial.

Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mundo entrou em colapso novamente, porém, desta vez de uma forma muito mais árdua. Estima-se que o número de mortos seja de 70 milhões de pessoas (RODRIGUES; SIMÕES, 2018). Novamente, o que emerge com grande intensidade é também a nova crise de refugiados, onde milhões de pessoas fugindo do nazismo, fascismo e do stalinismo deslocaram-se de seus países em busca de um novo Estado para viver sem coação econômica, política ou social. A descolonização da África e da Ásia também foi uma das consequências da guerra que gerou crises migratórias, sobre isso Hobsbawm (2019, p. 58) comenta:

> Não havia refugiados apenas na Europa. A descolonização da Índia em 1947 criou 15 milhões deles, obrigados a cruzar as novas fronteiras entre a Índia e o Paquistão (nas suas direções), sem contar os 2 milhões de mortos na guerra civil que se seguiu. A Guerra da Coreia, outro subproduto da Segunda Guerra Mundial, produziu talvez 5 milhões de coreanos deslocados. Após o estabelecimento de Israel — ainda outro dos efeitos da guerra — cerca de 1,3 milhões de palestinos foram registrados na Agência de Socorro e Trabalho das Nações Unidas (UNRWA).

A criação da Liga das Nações, em 1920, tinha como objetivo a segurança coletiva e a igualdade entre os Estados. Segundo Jackson e Sorensen (2016, p. 67), "as relações internacionais passariam a ser reguladas por meio de um conjunto de regras comuns ao direito internacional". Apesar do seu futuro fracasso, a organização enriqueceu o debate dos processos de manutenção de paz, bem como a temática dos refugiados. Em 1921, foi criado então o Alto Comissariado para Refugiados Russos (ACRR).

Essa situação de destruição humana e material, com milhões de pessoas deslocadas pelo mundo, especialmente no continente europeu, causada pelas guerras mundiais, provocou a ação da comunidade internacional. Primeiro com a adoção de medidas temporárias, depois, a partir do início da década de 1950, de ações permanentes que, confirmando a situação especial das pessoas deslocadas, reconhecesse, de modo oficial e legal, o seu *status* de refugiados.

3 Conceitos e Políticas para Refugiados

Como apontam Rodrigues e Simões (2018, p. 157), "A palavra refúgio é originada do latim *refugium* e significa "lugar seguro onde alguém se refugia; asilo para quem foge ou se sente perseguido". Após as Grandes Guerras, percebeu-se que era necessário um estatuto jurídico que formulasse leis e direitos para estes indivíduos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, o Protocolo, de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) definem refugiados como "pessoas que estão fora de seu país de origem devido a temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política" (RODRIGUES; SIMÕES, 2018).

Em 1921, devido aos deslocamentos por conta da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações criou o Alto Comissário para os Refugiados Fridtjof Nansen, que leva o nome do diplomata e político criador do passaporte Nansen para refugiados, sendo que o antigo comissariado, o Alto Comissariado para Refugiados Russos, não tinha caráter permanente e sim provisório e, portanto, foi extinto. Já em 28 de outubro de 1933, houve a Convenção sobre o Estatuto Internacional dos Refugiados. Em relação aos procedimentos jurídicos da Convenção, no artigo 3º[2], institui-se o *non-refoulement*: os Estados não podem reprimir o pedido de refúgio. Abordaram-se também questões relacionadas aos direitos de assistência social e de educação. Por não abranger todos os refugiados, como é o caso dos armênios, a Convenção sofreu duras críticas em relação ao seu caráter, entretanto, a mesma mostrou-se eficiente já que o mundo passou a dar notoriedade às questões migratórias (RODRIGUES; SIMÕES, 2018).

De acordo com Rodrigues e Simões (2018, p. 162), "em 1943 os países Aliados criaram a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA, na sigla em inglês)". Em 1944, os EUA criaram o Diretório de Refugiados de Guerra (DRG)". Contudo, houve a transferência de procedimentos para a Organização Internacional dos Refugiados (OIR), que foi apoiada financeiramente por países ocidentais. Apenas 18 Estados — do sistema das Nações Unidas — aderiram

2 "Elle s'engage, dans tous les cas, à ne pas refouler les réfugiés sur les frontières de leur pays d'origine". Disponível em: <https://dl.wdl.org/11580/service/11580.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

à organização. Por causa da baixa participação, a partir da resolução nº 482, de 14 de dezembro de 1950, da Assembleia Geral da ONU foi criado o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). É importante destacar que agora a organização possuía um caráter permanente e tinha uma abordagem mundial, isto é, não era restrita (RODRIGUES; SIMÕES, 2018).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, realça a dignidade e a liberdade de todos os seres humanos. Já em seu preâmbulo fala-se sobre a promoção destes pontos e sobre o dever das nações em ter o compromisso de exercê-los. Pelo Artigo 14 da Declaração, entende-se que todo cidadão tem direito à residência dentro dos Estados e o direito de deixar e de também regressar aos países. Sobre isso, Pita (2016, p. 7) destaca:

> Assim, correspondem, aos solicitantes de asilo e refugiados, os direitos fundamentais consagrados nos diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, tanto universais quanto regionais, além dos contemplados, especificamente, na Convenção de 1951 e em seu Protocolo de 1967. O princípio 8 da não devolução é a pedra angular da proteção internacional de refugiados, princípio estreitamente vinculado ao de gozar de uma série de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

De acordo com dados fornecidos pela ACNUR na metade de 2020, o número de indivíduos deslocados já era de 26,4 milhões, sendo que 4,2 milhões são solicitantes de refúgio. Vale ressaltar que 67% dos refugiados do mundo deslocam-se da Síria (6,6 milhões), Venezuela (3,7 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,3 milhões) e Myanmar (1 milhão).[3]

Os motivos para a solicitação de refúgio são diversos. O pedido de refúgio por conta da raça contempla o indivíduo que dentro de seu país de origem sofre discriminação por conta da sua cor ou etnia, como é o caso da etnia *pashtun*, presente no Afeganistão e no Paquistão, que sofreu forte repressão pelo regime fundamentalista do Talibã. A questão do refúgio por conta da opinião política é um ponto bastante debatido, isso porque a sua manifestação é também um ato de liberdade. Portanto, o ser humano que se sente acuado por conta de sua divergência de pensamentos e teme por sua própria vida também pode ser um solicitante de refúgio. Por fim, um último exemplo é o refúgio por consequência do posicionamento religioso.

3 "Mid-Year Trends: 2020. UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5fc504d44.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

Independente de qual seja a crença, muitos governos ainda oprimem fortemente aqueles que não seguem a religião predominante do Estado. O Afeganistão é atualmente o terceiro país de onde saem o maior número de pessoas em busca de refúgio, dentre elas, vale destacar a situação das mulheres que foram fortemente reprimidas pelas políticas adotadas pelo Talibã (ACNUR, 2020).

4 Panorama do Afeganistão

O Afeganistão é um país situado na Ásia Central, sua capital é a cidade de Cabul. É *landlocked*, isto é, não possui saída para o mar, e faz fronteira com seis países, a China, o Irã, o Paquistão, o Tadjiquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão. E, por conta dos seus vizinhos, possui uma grande diversidade étnica e cultural. Devido a complexidade do seu contexto político, o Afeganistão é tido como um Estado falido, já que suas instituições estão totalmente destruídas (PERDIGÃO, 2012).

Apesar de ter uma grande riqueza arquitetônica e cultural, o Afeganistão continua sendo um palco de batalhas, invasões e conquistas. A localização do país sempre foi um tópico importante para a sua história, como aponta Barfield (2010, p. 1, tradução nossa), "a geografia pode não ser o destino, mas definiu o curso da história afegã por milênios como porta de entrada aos invasores que saem do Irã, da Ásia Central e da Índia". Serviu também de "passagem" de mercadorias, fluxo de pessoas e conquistadores e sofreu influências de diversos povos e culturas. De acordo com Perdigão (2012, p. 11), "persas, gregos, árabes, russos, ingleses, entre outros, foram povos que disputaram o domínio daquele território".

Após o território afegão ter sido alvo de domínio por britânicos e russos no evento chamado "O Grande Jogo", tornou-se independente em abril de 1919 e foi reconhecido como Estado soberano pelo Tratado de Rawalpindi, em agosto do mesmo ano. Com visão estratégica e geopolítica, a União Soviética rapidamente reconheceu a independência do Afeganistão e, portanto, laços foram criados (BARFIELD, 2010).

Durante a Guerra Fria (1945-1991), tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscavam países como o Afeganistão para assegurar apoio em suas competições ideológicas. Na década de 1950, os soviéticos continuaram a investir demasiadamente no território afegão. Já os americanos, investiram em bases aéreas

no Oriente Médio e na Ásia e, na tentativa de conter os comunistas, efetivaram diversas alianças regionais, como a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO, na sigla em inglês) — países como o Paquistão, a Turquia e o Irã foram incluídos. O Afeganistão, por sua vez, não participou (TANNER, 2003).

Devido à instabilidade, à fragilidade política e à influência soviética no país, os comunistas afegãos conseguiram o apoio da população por meio do grupo "*Khalq*" (povo) — era liderado por Nur Mohamed Taraki e cujos apoiadores defendiam o fim da monarquia e apoiavam o modelo comunista soviético. Entretanto, a organização não agradava a todos; o ex-primeiro-ministro do país Mohammed Daoud Khan logo arquitetou um golpe de Estado. Daoud não incomodava apenas os afegãos comunistas, mas também os soviéticos, que temiam que suas mudanças políticas afastassem o Afeganistão de sua dominação. Após diversas manifestações populares, Daoud foi morto e o governo passou a ser controlado por Hafizullah Amin (ROSSAS, 2018).

Os fundamentalistas islâmicos não eram a favor do governo de Amin, por isso, movimentos de resistência contra os comunistas eclodiram em todo o país. Com medo de uma revolução islâmica como havia ocorrido no Irã, os soviéticos, sob a liderança de Leonid Brezhnev, invadiram o Afeganistão em 1979. Entretanto, os afegãos alinharam-se em *mujahedins*, ou guerreiros santos, para lutar contra a dominação soviética, o que dificultou a submissão ao governo de Moscou (TANNER, 2003).

Os americanos passaram a financiar a resistência afegã, franqueando armas pela fronteira com o Paquistão. Yuri Andropov, o sucessor de Brezhnev, buscava uma saída diplomática para a tensão entre os países; demandava que os Estados Unidos parassem de financiar os afegãos, ao passo que as tropas soviéticas retirariam-se do Afeganistão (ROSSAS, 2018). Em 1985, Mikhail Gorbachev, eleito secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em março daquele ano, tinha como uma de suas missões resolver a situação da União Soviética com o Afeganistão, e decidiu retirar as tropas soviéticas do território afegão. Apenas em 1987, e com mais agilidade entre 1988 e 1989, o acordo se iniciou sendo verificado pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a participação do Paquistão, Afeganistão, União Soviética e Estados Unidos. Pode-se dizer que o panorama político do Afeganistão foi marcado por uma forte instabilidade (TANNER, 2003).

Após a renúncia do presidente Mohammad Najibullah em 1992, a política interna do país encontrava-se abalada e carecia de uma unidade governamental, o que deu espaço para grupos *mujahedins*, que antes foram financiados, treinados e armados pelos Estados Unidos na 'Operação Ciclone' com o objetivo de conter os comunistas. Alguns desses combatentes buscavam apenas a liberdade do Afeganistão, porém muitos eram violentos e baseavam-se na *sharia*, conjunto de leis islâmicas baseadas no Alcorão e na biografia de Maomé, para repreender civis que não concordassem com as medidas adotadas pelos grupos (BRODSKY, 2003).

No período *jihadi* as mulheres também passaram a ser alvo dos fundamentalistas; sequestros, estupros, casamentos forçados e mortes em nome da religião e da política adotada pelos grupos de mulheres tornou-se algo comum no país. Com a ascensão do Talibã em 1994, o direito das mulheres começou a se dissolver no Afeganistão (BRODSKY, 2003).

5 Do Fundamentalismo Islâmico à Ascensão do Talibã (1994-1996)

Uma das causas para o crescimento de grupos terroristas no Oriente Médio são suas crenças baseadas no fundamentalismo religioso. Apesar de ser um fenômeno relativamente novo que surgiu nas últimas décadas, os fundamentalistas interpretam os livros sagrados de forma literal, onde não há espaço para questionamentos e o conhecimento está localizado em figuras privilegiadas da sociedade. Acreditam também que nas escrituras está escrito tudo que deve ser aplicado na vida política e social (GIDDENS, 2008).

A Revolução de 1979 do Irã, que destronou o xá Reza Pahlavi e instaurou uma república teocrática islâmica, e o *wahabismo*, movimento islâmico sunita ultraconservador que busca restaurar a versão pura do islã, serviram de influência para o surgimento de diversos grupos fundamentalistas islâmicos no Oriente Médio, onde a religião altera diretamente as condutas dos Estados e tem autoridade sobre a sociedade. Como aponta Giddens (2008, p. 561-562):

> O Islamismo, tal como o Cristianismo, é uma religião que tem estimulado o ativismo religioso de um modo contínuo. O Alcorão — as escrituras sagradas do Islamismo — está cheio de instruções para os crentes lutarem pelo caminho de Deus. Esta luta tanto é contra os descrentes como contra os que introduzem a corrupção na comunidade muçulmana. Ao longo dos

> séculos, houve gerações sucessivas de reformadores muçulmanos, e o Islamismo tornou-se internamente tão dividido como o Cristianismo.

Descontentes com as políticas adotadas pelos *mujahedins* e por acreditarem que a *sharia* não foi aplicada no Afeganistão, em 1994, jovens soldados, que eram orientados nas *madrassas*, casas de estudos islâmicos, os talibãs — "*talib*" em árabe significa "estudante" — com a orientação de seu chefe, ou mulá, Muhammad Omar tentaram libertar o Afeganistão dos combatentes e passaram a ter notoriedade no país (SCHWADE, 2014).

O Talibã é composto em sua maioria por muçulmanos sunitas da etnia pashtun, sendo esta predominante no centro-oeste e sul do Afeganistão. Conhecidos por serem independentes e por viverem em locais que frequentemente foram palco de invasores, os *pashtuns* sempre defenderam as terras onde habitavam. Como pontuam Afsar, Samples e Wood (2008, p. 59): "eles derrotaram completamente a maioria de seus pretensos conquistadores ou os absorveram em suas tribos" e também aprenderam as táticas de guerra dos inimigos externos. Devido às diferentes facções criadas dentro dos próprios *mujahedins*, cada grupo tinha seu líder específico, o que gerou um cenário de instabilidade e oportunidade de extremistas se organizarem.

Após longos períodos de guerra e invasão, os afegãos apoiaram o regime do Talibã, pois o viram como o único meio capaz de promover paz e estabilidade no momento em que o país se encontrava. Como os chefes militares eram tidos como responsáveis por muito da destruição e instabilidade do Afeganistão, foram fortemente perseguidos pelos fundamentalistas (JOHNSON, 2007, apud SCHWADE 2014). Em 1994, após a conquista de Candahar, as mulheres já não podiam viver da mesma forma que antes na cidade: o uso da *burca*, a educação negada e as agressões passaram a ser algo comum para as afegãs. Já em Herat, em 1995, apesar da maioria dos muçulmanos serem xiitas e do idioma ser persa, os talibãs impuseram a *sharia* e as escolas femininas também foram fechadas. A capital do país em 1996, Cabul, recebeu atenção especial em relação à prática da lei islâmica e, após a tomada desta pelos fundamentalistas, houve domínio total dos territórios afegãos (SCHWADE, 2014).

Conforme Brodsky (2003, p. 39), "É importante ressaltar que, no Afeganistão, o Islã é combinado a diversos códigos tribais" e 99% da população é

muçulmana, ou seja, o Talibã precisava atrair os afegãos. Entretanto, a população não concordava com a implementação da *sharia*, mas os extremistas não deram muitas opções. Em relação ao desenvolvimento, os extremistas tinham acesso à mão de obra e tecnologia por meio do mercado do ópio e dos aliados religiosos (AFSAR; SAMPLES; WOOD, 2008). Em relação ao último, destaca-se a aliança criada entre o Talibã e uma outra organização terrorista, a Al-Qaeda do saudita Osama bin Laden.

Após o avanço econômico trazido pelo setor petrolífero e após a morte do rei da Arábia Saudita, o mundo árabe encontrou-se em uma crise identitária, onde muitos islamitas acreditavam que o Ocidente tinha uma influência muito grande dentro do Oriente Médio. Osama bin Laden nunca havia sido um muçulmano fervoroso, entretanto, com os acontecimentos dentro da própria Arábia Saudita e com a Guerra Civil Libanesa (1975), sua visão de mundo e seu destino se modificaram. O saudita dedicou-se a ajudar na criação de *mujahedins* no Paquistão, fundou a organização Al-Qaeda em 1988 na cidade de Peshawar e em 1996 mudou-se para o Afeganistão. Sua intenção era desenvolver maneiras de expulsar a presença dos norte-americanos da Península Arábica, que participaram de diversos momentos da história do Afeganistão, além de estarem envolvidos com a Guerra do Golfo (BODANSKY, 2001, apud SCHWADE, 2014).

Como comenta Afsar, Samples e Wood (2008, p. 60): "Mulá Omar também interagiu com Osama bin-Laden, e o Talibã hospedou campos de treinamento da Al-Qaeda e líderes em áreas sob seu controle". Bin Laden articulou-se também com outros líderes para dar continuidade às suas ações terroristas, como é o caso de Ayman al-Zawahiri, atual líder da Al-Qaeda (BODANSKY, 2001, apud SCHWADE, 2014). Esses islamitas não viam com bons olhos a ocupação dos Estados Unidos em territórios que eram considerados sagrados para os muçulmanos, nem o apoio dos norte-americanos à Israel e nem as sanções aplicadas contra o Iraque — a intenção dos terroristas era atacar os Estados Unidos e expulsá-los do Oriente Médio. Estes eventos desembocaram em atos terroristas como a explosão de embaixadas, atentado a civis e, posteriormente, em 11 de setembro de 2001, o ataque às torres do World Trade Center (WANDER, 2008, apud SCHWADE, 2014).

O governo do Afeganistão protegia Osama bin Laden e a Al-Qaeda, portanto, após o ataque do 11 de setembro, os Estados Unidos logo arquitetaram retaliações

contra o país. A invasão dos Estados Unidos ocorreu no fim de 2001, gerando conflitos para a sociedade afegã até os dias atuais. Esses eventos criaram uma maior atenção para a situação do Afeganistão no sistema internacional, as complexidades vividas pelas mulheres e os atos dos fundamentalistas no país passaram a ser notícia em diversos veículos ao redor do mundo (BRODSKY, 2003).

6 As Políticas Adotadas pelo Talibã e o Impacto na Vida de Mulheres Afegãs

Como pontua Ribeiro (2016), "o caso do Afeganistão é uma prova de que nem sempre a história caminha em direção ao progresso, mas, ao seu contrário, pode retroceder". A ascensão do governo do Talibã em 1996 no Afeganistão mudou drasticamente a vida das mulheres afegãs. Estas foram impedidas de estudar, trabalhar, se consultar com médicos homens e nas ruas deveriam usar a *burca*. Se alguma mulher não cumprisse as regras determinadas pelos talibãs, ocorria espancamento, apedrejamento e até morte (muitas vezes pública). Antes dos fundamentalistas, as mulheres faziam parte dos profissionais do Afeganistão, possuindo direitos, liberdade e uma vida pública comum (BRODSKY, 2003).

A aplicação da *sharia* é tão severa no Afeganistão que o nascimento de uma mulher é sinônimo de desgosto para a família. Muitas meninas, ainda na fase de desenvolvimento, se passam por meninos para serem aceitas na sociedade e também para conseguirem trabalhar e trazer uma renda extra para a família — essa prática é conhecida em dari como *bacha posh*. De acordo com Nordberg (2016), "no Afeganistão, não existe nenhuma entidade de proteção à criança, nenhum departamento confiável que guarde as estatísticas, nenhuma universidade de pesquisa estabelecida". Não se sabe exatamente quantas meninas se passam por *bacha posh* no país, entretanto, a prática gera problemas de identidade em diversas crianças afegãs (NORDBERG, 2016).

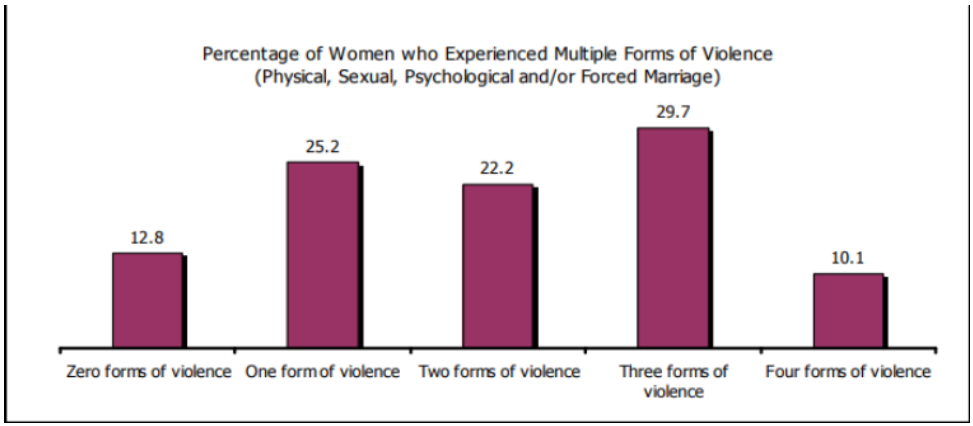
Ainda sobre a situação das mulheres afegãs, Brodsky (2003, p. 37) comenta:

> O Afeganistão é um dos poucos países do mundo em que a expectativa de vida das mulheres é menor que a dos homens. Isso é devido, entre outros fatores, ao fato de as meninas e as mulheres serem as últimas a receber comida, tratamento médico — incluindo os exames pré-natais — e recursos

> financeiros, além de, na sociedade rural, realizarem trabalho pesado que não é pago.

O casamento é visto como um contrato econômico pela sociedade afegã, os homens pagam valores altíssimos para famílias, o que facilita acordos e alianças entre as tribos afegãs. Não tendo voz ou poder de escolha, as mulheres não passam de "produtos" para a sociedade no geral (RIBEIRO, 2016). De acordo com a Global Rights (2008), grande parte das mulheres afegãs já sofreram algum tipo de violência, seja ela física, psicológica ou por meio de casamento forçado.

Gráfico 1 - Múltiplas formas de violência



Fonte: Global Rights (2008)

Mesmo se opondo às situações vivenciadas dentro do matrimônio, muitas mulheres se contentam com a vida que levam por não terem outra escolha, pois voltar a morar com os pais também é visto como um ato vergonhoso e de fracasso para a sociedade afegã. Nordberg (2016, p. 323) diz que "uma mulher adulta não pode viver sozinha no Afeganistão sem um parente de sangue — ou *mahran*". Sobre a cerimônia matrimonial, Ribeiro (2016, p. 198) comenta:

> As esposas vendidas nas transações comerciais, ou seja, nos casamentos passam a residir na casa do noivo e devem conviver com a família dele, não podendo visitar a sua quando desejar, apenas quando o marido permitir, da mesma forma que seus parentes só poderão entrar em sua nova casa com a

> ordem do patriarca, a partir desse momento a mulher se torna propriedade do homem. O casamento é consumado quando se envia o pano sujo de sangue à família da noiva, comprovando a virgindade e castidade da mesma. Do contrário, é a noiva que é enviada à sua família e punida, muitas vezes com a própria vida.

Além do casamento forçado, as afegãs devem manter certas condutas em sociedade. Alguns exemplos são: não olhar nos olhos dos homens, ou seja, baixar o olhar para não parecer provocativa, não sorrir alto, pois isso também era considerado um ato incorreto para os fundamentalistas, não usar vermelho, pois esta é uma cor sexual que foi criada para atrair os homens e, por este motivo, foi banida pelo Talibã (NORDBERG, 2016). E, como já foi citado anteriormente no artigo, o uso da *burca*, peça de náilon que cobre todo o corpo e que contém apenas uma tela para que as mulheres possam enxergar, foi considerado obrigatório pelo Talibã (BRODSKY, 2003).

Figura 1 - Burqa women waiting, Herat, Afghanistan



Fonte: Wikimedia Commons (2009)

O acesso à saúde também é um problema para as afegãs. De acordo com o Human Rights Watch (2021), as mulheres não possuem conhecimentos básicos sobre cuidados pessoais, sexuais e planejamento familiar. Não há acompanhamento com médicos especializados durante a gestação, além de muitas afegãs terem gravidez indesejada pela falta de compreensão sobre métodos contraceptivos. Desse modo, a mortalidade infantil e materna continua sendo altíssima no país. Em 2013, o

número de mortes maternas foi de 4200[4], já em 2017 o número aumentou para 7.700[5]. Devido a inabilidade do governo afegão em manter sua autonomia, o país ainda depende de 75%[6] de doações internacionais e, como pontua Nordberg (2016, p. 63), "o Afeganistão ainda é um dos piores países do mundo para se dar à luz"

Mesmo após a queda do Talibã em 2001, as mulheres afegãs continuaram sofrendo com o conservadorismo islâmico e com situações de violência. Contudo, o mundo e os organismos internacionais passaram a dar mais atenção ao Afeganistão após a invasão dos Estados Unidos no país e, consequentemente, a trágica situação dos direitos das mulheres também virou pauta. As organizações que dão suporte e acolhem mulheres vítimas de violência são alvos de ataques no país, os fundamentalistas denunciam-as como promotoras de "comportamentos ocidentais" (DE LEEDE, 2014).

Com o ressurgimento do grupo terrorista em 2005, os níveis de violência contra as mulheres voltaram a aumentar no Afeganistão e aquelas que possuem uma vida pública ativa acabaram sendo atacadas pelos fundamentalistas do Talibã. Em virtude dos acontecimentos catastróficos no país, o fluxo de refugiados cresceu e a situação das mulheres se deteriorou (DE LEEDE, 2014).

7 A Situação das Mulheres Afegãs

O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (2021) aponta que os afegãos são um dos maiores grupos de refugiados sob o seu mandato ao redor do mundo. O país que mais recebe os afegãos é o Paquistão e junto ao Irã abrigam cerca de 87%[7] dos refugiados que estão fora de seu país por causa da instabilidade política, da guerra e da perseguição, esta vivenciada pela maioria das mulheres. Além da quantidade de refugiados, os deslocados internos também compõem

4 "Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2013". World Health Organization, 2014. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/9789241507226_eng.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

5 "Trends in Maternal Mortality: 2000 to 2017. World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Maternal_mortality_report.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

6 "Afghanistan: Health Care for Women Hit by Aid Cuts". Human Rights Watch, 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/05/06/afghanistan-health-care-women-hit-aid-cuts>. Acesso em: 10 jun. 2021.

7 "Global Appeal: 2021 Update. UNHCR, 2021. Dispoível em: <https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/ga2021/pdf/Global_Appeal_2021_full_lowres.pdf#_ga=2.18959163.2065249319.1623764376-104974642.1619557072>. Acesso em: 20 out. 2021.

um grande número da população, no final de 2019 o número era de 2,6 milhões (ACNUR, 2021).

Em todo o processo de refúgio, as mulheres são as que mais sofrem com violações aos seus direitos humanos, sendo muitas vezes obrigadas a passarem por trabalho escravo, tráfico humano e indiferença social, além dos abusos psicológicos e sexuais. Nesse contexto, percebe-se que existe uma falha nos órgãos protetores, que acabam não oferecendo um suporte completo a estas mulheres que já vem sofrendo muito antes do processo de solicitação de refúgio (DA COSTA; SCHWINN, 2016).

Como destacam Da Costa e Schwinn (2016, p. 227):

> O grande contingente populacional que tem se deslocado de seus países em razão de conflitos armados, do qual faz parte um significativo número de mulheres e meninas, requer da comunidade internacional um esforço maior para acabar com as situações diárias de violência a que estão submetidas. Nesse sentido, as Nações Unidas, através de sua Agência para Refugiados e também do Conselho de Segurança, vem trabalhando com iniciativas para minorar essas situações.

O Afeganistão tem uma das mais antigas populações refugiadas do mundo. O golpe militar contra o governo de Mohammed Daoud Khan, em 1978, a invasão soviética em 1979 e a ascensão dos *mujahedins* geraram um grande fluxo de refugiados. Neste momento, o ACNUR prestou esforços para a repatriação dos afegãos deslocados através da "Operação Salam", entretanto, pela falta de incentivos financeiros e de logística, o programa não vingou. Além disso, os problemas encontrados pelos refugiados dentro dos acampamentos dificultaram a ação, diferenças culturais, étnicas e linguísticas geraram tensões nos campos de acolhimento de refugiados (ABRAHAM, 2013).

Desde a época da ocupação soviética e dos *mujahedins*, as mulheres afegãs passaram por dificuldades de adaptação e de vivência em alojamentos de refugiados, Merriam (1988, p. 103-104) comenta:

> As mulheres refugiadas devem lidar com o trauma da ociosidade e isolamento forçados, causados por serem separadas de seu trabalho doméstico agrícola e amontoadas em campos de refugiados ou entre a população anfitriã. Um fardo adicional é se contentar com as parcas rações recebidas das organizações de socorro, que elas concedem primeiro aos seus homens, seguidos pelos filhos e, finalmente, a elas próprias.

Isoladas, as refugiadas afegãs não participaram do processo de mudança política e governamental no Afeganistão. Por serem consideradas "propriedade dos homens", acabaram aceitando o papel de mantenedoras do lar e não possuíam participação na vida política e pública do país, o que facilitou os jihadistas com seus discursos sexistas (MERRIAM, 1988).

Já no início da era Talibã, em 1996, muitos afegãos acreditaram que a paz prevaleceria no país e, com isso, crescia a possibilidade e o sonho de retornar ao Afeganistão. Entretanto, a história do país mostrou que a paz não reinou e a situação do povo afegão piorou com o governo dos fundamentalistas. Faltava integração e cuidados especiais nos alojamentos, o que fazia com que o sonho do retorno ao país parecesse cada vez mais difícil (GHULAM; ROTGER, 2020). No Paquistão, a situação também era precária para as crianças afegãs que encontravam-se nos campos, que, nesta altura, estavam fora da escola. De acordo com Brodsky (2003, p. 87), "a impossibilidade de adquirir até mesmo os materiais escolares básicos tornavam a educação impossível para a maioria das crianças refugiadas".

A violência parece perseguir as mulheres afegãs mesmo fora de seu país. Em 2019, na Turquia, país que também recebe um grande número de refugiados, as mulheres continuam sofrendo assédio sexual e violência pelos homens afegãos. Com o ressurgimento do Talibã, a Afghan Women's Network (AWN) e a Women for Afghan Women (WAW) acreditam que se o governo do Talibã suprimir os direitos das afegãs, a quantidade de refugiadas pode aumentar bastante e os governos ocidentais devem estar preparados para um grande fluxo de solicitantes de refúgio (NAWA, 2019).

No Paquistão, muitas meninas e mulheres de origem afegã já nascem refugiadas. Mesmo com as dificuldades vivenciadas, as meninas têm acesso ao sistema de saúde e de educação do país e veem isso como uma oportunidade de retornar ao Afeganistão. Para Nadia Hamidi, de 17 anos, "precisamos de pessoas instruídas no Afeganistão. Se não tivermos pessoas instruídas, as coisas não irão melhorar em nosso país" (REARDON, 2020).

A Revolutionary Association of the Women of Afghanistan (RAWA) é uma organização que luta pelos direitos e pela liberdade das mulheres, Brodsky (2003, p. 2) diz "os objetivos da RAWA são ajudar e empoderar as mulheres afegãs e promover a criação pacífica de uma democracia afegã livre e secular". Nos

alojamentos, apesar das dificuldades encontradas, empenham-se em criar escolas para instruir meninas e mulheres com aulas de biologia, física, química e inglês (BRODSKY, 2003).

No campo de refugiados de Woloswali no Afeganistão a situação era precária, a falta de eletricidade e o frio severo eram cenários comuns para os afegãos. Entretanto, as mulheres sentiam-se livres nesse ambiente. Como pontua Brodsky (2003, p. 133), "as mulheres podem sair sozinhas, usando apenas um chador, até mesmo à noite". Ou seja, mesmo num cenário complicado, a vida das mulheres nestes campos era preferível do que no Afeganistão. Para a professora e refugiada Shakela o campo de refugiados foi essencial para sua mudança de vida, como aponta Brodsky (2003, p. 139):

> Eu era uma dona de casa no Afeganistão, onde estudei pouco, de modo que sabia ler e escrever, mas não muito bem. [...]. Quando eu estava na segunda série do ensino médio, a escola foi incendiada pelos mujahidins e, depois que os jihadis tomaram o poder, ficou pior ainda ir para a escola, por causa dos insultos e ameaças que sofríamos. A luta, o sofrimento e as dificuldades me fizeram esquecer praticamente tudo que havia aprendido. Por isso, quando cheguei a este campo, tive de começar do começo. Foi aqui que vi pela primeira vez o valor que as pessoas dão à educação e isso me fez querer frequentar a escola novamente.

Além do difícil processo de acolhimento, muitos campos não conseguem suportar a quantidade de refugiados que possuem, a falta de alimentos e remédios, problemas sanitários e a falta de organização são adversidades encontradas nestes locais. Em Moria, na ilha grega de Lesbos, muitas crianças refugiadas possuem problemas e doenças de pele devido à precariedade dos abrigos, onde é possível encontrar fezes e urina no chão. Há também divergências políticas e religiosas; sectarismo e racismo entre sunitas e xiitas dificultam a harmonia no local. Muitas das brigas envolvendo curdos, árabes e afegãos são cessadas com gás lacrimogêneo, que geram problemas respiratórios nos refugiados, principalmente nas crianças (NYE, 2018).

Os acontecimentos bárbaros vivenciados pelas refugiadas dentro dos campos também acometem sua saúde mental. Muitas mulheres, que juntamente com as crianças são as pessoas mais vulneráveis em um cenário de guerra e refúgio, passam por violência e assédio sexual e, por causa da falta de assistência médica e psicológica, tentam o suicídio. Ataques de pânico, ansiedade e depressão também

são problemas mais comuns entre as mulheres do que nos homens. Incapazes de obter ajuda nos acolhimentos, muitas colocam suas vidas em risco como forma de escapar do sofrimento (NYE, 2018).

De acordo com Da Costa e Schwinn (2016, p. 230):

> No campo da proteção às mulheres, encontram-se uma série de instrumentos internacionais de proteção, que, quando referendados por diferentes países, passam a integrar o arcabouço jurídico nacional. O que se tem constatado é que, se para as mulheres nacionais estes instrumentos de proteção são insuficientes para garantia de seus direitos humanos, para as "estrangeiras", este cenário é ainda mais perturbador: vitimadas duas vezes, como mulheres e como migrantes, sobretudo refugiadas, ficam à mercê de sistemas de proteção falhos ou ainda caem na invisibilidade.

Como forma de conter a violência contra as mulheres e meninas nos campos de refugiados, a ACNUR elaborou cinco mecanismos de ação: a participação ativa das mulheres nas tomadas de decisão e nas funções administrativas dos campos, registro e documentação individual, combate à violência de gênero, assistência sanitária e médica e acesso à alimentos para todos (DA COSTA; SCHWINN, 2016).

Outros métodos adotados são o diálogo com mulheres e meninas refugiadas nos campos, incentivo à criação de políticas públicas que garantam o bem estar destas pessoas, campanhas de combate à violência contra a mulher e soluções que sustentem a manutenção dos direitos humanos e direitos da mulher (DA COSTA; SCHWINN, 2016).

A situação das refugiadas afegãs é complexa e desafiadora, a falta de atenção e de incentivos internacionais dificulta a melhora de vida dessas mulheres. Da invasão soviética em 1979 à invasão dos Estados Unidos em 2001, observa-se que o Afeganistão passou por problemas que aumentaram o número de solicitantes de refúgio ao redor do mundo que, em sua maioria, são mulheres que passaram por violência de diversos tipos.

8 Considerações Finais

Apesar de antiga, a situação dos refugiados ganhou destaque atualmente no sistema internacional e passou a ser uma questão preocupante para líderes de diferentes países e também para milhares de pessoas. Diariamente o fenômeno migratório faz com que homens, mulheres, crianças e famílias se desloquem em

virtude de conflitos, perseguições raciais e religiosas e guerras em busca de uma vida melhor e próspera.

Com o Talibã no poder do Afeganistão, a vida das afegãs tornou-se um verdadeiro caos, o que fez com que muitas desistissem de viver em seu país e buscassem refúgio em outros países do Oriente Médio e do resto do mundo. E mesmo fora do Afeganistão, as mulheres afegãs encontraram inúmeras dificuldades no dia a dia nos campos de refugiados, como diferenças linguísticas, étnicas e culturais. O processo de adaptação além de exaustivo era também desmotivador. Entretanto, constata-se que muitas, depois de um certo período de tempo, conseguiram melhorar de vida por meio de programas locais para a integração e educação de mulheres afegãs, como é o caso da RAWA.

O Afeganistão é o pior lugar no mundo para se nascer mulher. Fugir do regime fundamentalista parecia ser a única forma de sobreviver com direitos e liberdade para as afegãs. Com o ressurgimento do grupo Talibã e com a possibilidade de um novo governo liderado pelos extremistas, o medo e a desconfiança voltaram a crescer. E, em razão das políticas sexistas empregadas pelo grupo, o número de refugiadas deve aumentar.

Portanto, é necessário que o mundo dê atenção especial para os refugiados afegãos, que sofrem por décadas devido às invasões, aos governos corruptos e à ascensão de grupos fundamentalistas. Também faz-se essencial que os organismos internacionais criem políticas de acolhimento para mulheres refugiadas afegãs que, até então, parecem ter sido falhas, já que se até mesmo em territórios nacionais os meios de proteção são falhos, na situação de refúgio a situação feminina passa a ser ainda pior.

Situation of Refugee Women in the 21st Century: The Case of Afghanistan

Abstract: The increase in the migratory flow is a reality for the international system. Refugees are those who find themselves outside their country of origin due to problems that violate their human rights. Afghanistan, a country located in Central Asia, is the owner of one of the most critical situations in the contemporary world, it is the third country that generates the most refugees, with a number of 2.6 million. Among these, we highlight the situation experienced by women under the Taliban regime, who, being

victims of persecution and violations against their basic rights, sought social and individual security through refuge. In this article, a literature review was carried out with the aim of analyzing the importance of refuge and showing the difficulties experienced by Afghan women in refugee camps.

Keywords: Afghanistan; women; refugees; Taliban.

9 Referências

ABRAHAM, Rhea. **The Afghanistan Refugee Crisis: Implications for Pakistan and Iran.** Air Power Journal, Online, vol. 8, no. 3, p. 189-208, Monsoon, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/6010791/THE_AFGHANISTAN_REFUGEE_CRISIS_Implications_for_Pakistan_and_Iran?auto=download>. Acesso em: 9 jun. 2021.

AFSAR, Shahid; SAMPLES; Chris; WOOD; Thomas. **The Taliban: An Organizational Analysis.** Calhoun: The NPS Institutional Archive DSpace Repository. United States, 2008.

AFGHANISTAN: Health Care for Women Hit by Aid Cuts. **Human Rights Watch.** 6 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/05/06/afghanistan-health-care-women-hit-aid-cuts>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Mid-Year Trends.** 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5fc504d44.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

BARFIELD, Thomas. **Afghanistan: a cultural and political history.** United States: Princeton University Press, 2010.

BRODSKY, Anne E. **Por Baixo da Burca.** São Paulo: A Senhora, 2003.

DA COSTA, Marli Marlene M.; SCHWINN, Simone Andrea. **Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do Acnur no combate a essa violência.** Revista Signos,

Lajeado, ano 37, n. 2, p. 216-234, 2016. Disponível em: <DOI:http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1100>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DA SILVA, Vivian Santos. **Al-Qaeda e Estado Islâmico (EI): da franquia ao califado? escalas, redes e territórios.** Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 247-259, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5528/552856410021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DE LEEDE, Seran. **Afghan Women and the Taliban: An Exploratory Assessment.** Netherlands. ICCT: The Hague. 2014. Disponível em: <http://www.icct.nl/app/uploads/download/file/ICCT-Leede-Afghan-Women-and-the-Taliban-April-2014.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FERGUSON, Niall. **O horror da guerra: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Planeta, 2014.

GHULAM, Nadia; ROTGER, Agnès. **O Segredo do Meu Turbante.** 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Lisboa: **Fundação Calouste Gulbenkian**, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/mod_resource/content/1/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

GLOBAL RIGHTS. **Living With Violence: A National Report on Domestic Abuse in Afghanistan.** 2008. Disponível em: <https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/Living%20with%20Violence%20-%20A%20National%20Report%20on%20Domestic%20Violence%20in%20Afghanistan%2C%20Global%20Rights%2C%202008.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MERRIAM, Kathleen H. **Afghan Refugee Women and Their Struggle for Survival.** In: FARR, Grant M.; MERRIAM, John G. Routledge. Afghan Resistance: the politics of survival. 1988. Disponível em: <http://www.afghandata.

org:8080/xmlui/bitstream/handle/azu/4065/azu_acku_pamphlet_hv640_5_a28_h679_1988_w.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NAWA, Fariba. **For Afghan Refugee Women, There's No Escape From Violence.** Foreign Policy, 05 de abril de 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/04/05/for-afghan-refugee-women-theres-no-escape-from-violence/>. Acesso em: 10 out. 2021.

NORDBERG, Jenny. **As meninas ocultas de Cabul: em busca da resistência secreta no Afeganistão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

NYE, Catrin. **O 'pior campo de refugiados do mundo', onde até as crianças tentam o suicídio.** BBC. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45350156>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PERDIGÃO, Ana Rita R. **A Participação das Mulheres nos Processos de (re) Construção de Paz: O caso do Afeganistão.** Portugal: Universidade de Coimbra, 2012.

PITA, Agni C. **Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados.** In: GEDIEL, José Antônio P.; GODOY, Gabriel G. de. (org.). Refúgio e Hospitalidade. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

REARDON, Christopher. **Adolescente afegã sonha em ajudar a reconstruir seu país.** ACNUR. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/02/21/adolescente-afega-sonha-em-ajudar-a-reconstruir-seu-pais/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

REIS, Bruno Cardoso. **Os Estados Unidos e Osama Bin Laden uma década depois: A derrota da Al-Qaida e o fim da unipolaridade?.** Relações Internacionais, 31, p. 33-44. 2011. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri31/n31a03.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RIBEIRO, Natália Soares. **Por trás das burcas de Cabul: Uma análise da condição das mulheres afegãs pela perspectiva do Gênero a partir de "O Livreiro de Cabul".** Vértices, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 193-205, maio/ago. 2016.

RODRIGUES, Viviane M.; SIMÕES, Rafael C. **A construção histórica do direito internacional dos refugiados e a sua integração subnacional: o caso do Estado do Espírito Santo.** In: VASCONCELOS, Flavia N.; BLANC, Manuela V. (org). Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo. Vitória: Editora Milfontes, 2018.

ROSSAS, Kenyo Hemerson. **Guerra Soviético-Afegã (1979/1989): decisões políticas e seus reflexos no planejamento estratégico das forças soviéticas.** Orientador Luiz Augusto Rocha do Nascimento. 2018. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em História Militar, Universidade do Sul de Santa Catarina. Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5794/Guerra_Soviético-Afegã_Kenyo_Rossas_Esp_Hist_Mil_2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** 10. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2020.

SCHWADE, Tiago Ismael. **O desenvolvimento do terrorismo islamita moderno no Afeganistão.** Monografia - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário UNIVATES. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/760/1/2014TiagoIsmaelSchwade.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

SORENSEN, Georg; JACKSON, Robert. **Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

TANNER, Stephen. **Afghanistan: a military history from Alexander The Great to the fall of the Taliban.** United States: Da Capo Press, 2002.

UNHCR. Global Appeal: 2021 Update. **United Nations High Commissioner for Refugees**, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, et al. **Trends in maternal mortality 1990 to 2013: estimates by who, unicef, unfpa, world bank group and the united nations population division.** World Health Organization, 2014. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/9789241507226_eng.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, et al. **Trends in maternal mortality 2000 to 2017: estimates by who, unicef, unfpa, world bank group and the united nations population division.** World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Maternal_mortality_report.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.